



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE nº: 22.370/2021

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação da empresa IIA Brasil para ministrar a capacitação Audi 1 – Ênfase em Órgãos Públicos.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	SCIA - Secretaria de Controle Interno e Auditoria	Data	09/06/2021
Responsável pela demanda	Denise Goulart Schlickmann		

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do plano: 35 - Cursos

1.4 Valor Estimado

R\$ 7.500,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Execução do Plano de Aquisições

2.2 Resultados Esperados

Com a contratação, espera-se o desenvolvimento e ampliação das competências relacionadas às atividades de auditoria interna deste Tribunal, com a aplicação das melhores práticas relacionadas ao tema.

2.3 Alinhamento Estratégico

EJE-C2

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

Menos de 1 ano De 1 a 3 anos Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

1 unidade 2 unidades 3 unidades Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Cátia Heusi Silveira
Telefone	7469
<i>E-mail</i>	catia@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Denise Goulart Schlickmann
Telefone	3711
<i>E-mail</i>	deniseogs@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

Considerando as recentes revisões das diretrizes técnicas das atividades de auditoria interna realizadas pelo CNJ por meio das Resoluções n. 308 e 309/2020, bem como as crescentes demandas dos órgãos de governança superiores (CNJ, TCU, TSE) por avaliações especializadas quanto à governança corporativa, gestão de riscos, gestão estratégica, controles internos, TI e consultoria, há necessidade de prover capacitação e atualização para os servidores que atuam na realização dos trabalhos de auditoria.

1.2. Equipe de Planejamento da Contratação

Demandante:	Cátia Heusi Silveira
Demandante Substituto:	Denise Goulart Schlickmann
Técnico titular:	Tatiany Martins
Técnico Substituto:	Renata de Queiroz Pereira
Administrativo:	Giovanni Turazzi
Administrativo Substituto:	Victor Pereira de Castro

1.3. Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Evento de capacitação, com carga horária equivalente ou superior a 24h, que apresente conteúdo programático, teórico e prático, que atenda, no mínimo:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução, conceitos e fatos sobre a Auditoria Interna
- Fatos históricos relacionados à Auditoria Interna
- A Intosai
- Normas da Profissão (IIA)
- Código de Ética (IIA) – Princípios e Regras de Conduta
- Panorama da Auditoria Interna no setor público
- Abrangência da Auditoria Interna no setor público
- Atuais desafios para a Auditoria Interna no setor público
- Identificação e análise de processos no setor público
- Utilizando o mapa de produtos para identificar requisitos
- A gestão de riscos e sua aplicação na administração pública
- Estrutura de controles internos: a estrutura do COSO *Integrated Framework*
- Estruturação de um modelo de gestão de riscos na Administração Pública
- Responsabilidades das partes no gerenciamento do modelo de riscos e controles – abordando a estrutura das 3 Linhas de Defesa
- Combinando a Auditoria Interna com a 2ª Linha de Defesa



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Normas aplicáveis ao programa de trabalho das Auditorias Internas, suas definições e conceitos
- Iniciando a Auditoria Interna – a reunião de abertura
- Normas relativas ao trabalho de campo nas Auditorias Internas, etapas do trabalho de campo, documentando e avaliando os controles internos
- As análises nos trabalhos de auditoria
- As avaliações nos trabalhos de auditoria
- Relatando e criando recomendações para a melhoria
- Estudando as causas dos riscos para criar recomendações
- Planos de ações corretivas e recomendações
- Concluindo a Auditoria Interna – realizando a reunião de encerramento

1.3.1. Requisitos Funcionais

O(s) instrutor(es) do evento deverá(ão) possuir formação e experiência na área a ser ministrada, devendo tal qualificação ser explicitada na respectiva proposta comercial.

A capacitação deverá ser desenvolvida em linguagem clara, com aulas expositivas e dialogadas, com transmissão ao vivo, via plataforma on-line, abordando-se casos práticos e com disponibilização de material complementar para leitura.

1.3.1. Requisitos Não Funcionais

A capacitação deverá utilizar métodos compatíveis com a realidade deste Tribunal.

Todos os participantes deverão ser associados do IIA Brasil e estar com a anuidade paga.

Ainda, considerando a decretação de estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde e as medidas de prevenção ao contágio da Covid-19 na Justiça Eleitoral em Santa Catarina, o serviço deverá ser prestado de forma on-line, a fim de evitar qualquer deslocamento por parte dos servidores.

1.3.2. Requisitos Externos

O treinamento oferecido deverá estar totalmente adequado às normas e legislação vigentes.

1.4. Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Considerando o conteúdo do curso, bem como o disposto no art. 71 da Resolução CNJ n. 309/2020, de que “As ações de capacitação de auditores deverão ser ministradas, preferencialmente, por instituições de reconhecimento internacional, escolas de governo ou instituições especializadas em áreas de interesse de auditoria interna”, sugere-se contratação por inexigibilidade, conforme a proposta anexa, disponível na página do IIA Brasil na internet, conforme o link <https://iiabrasil.org.br/cursos/Audi-2---EOP>.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.5. Contratações Públicas Similares

Produto/Serviço 01:	Curso de AUDI 2 EOP
Instituição Pública:	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
PAE n.	12.053/2021
Fornecedor:	IIA Brasil.
Descrição:	Curso online de 24 horas, para 4 participantes.
Valor:	R\$ 10.000,00 (R\$ 2.500,00 por participante)
Observações:	Inexigibilidade de Licitação

1.6. Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não se aplica.

1.7. Análise dos Produtos/Serviços Identificados

Não se aplica, considerando a contratação por inexigibilidade.

1.8. Custos Totais da Demanda

O evento terá um custo previsto de R\$ 2.500,00 por participante, totalizando R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

1.9. Escolha e Justificativa do Objeto

O IIA Brasil (Instituto dos Auditores Internos do Brasil) é uma associação profissional de fins não econômicos, que presta serviços de formação, capacitação e certificação profissional para seus associados desde a década de 1960, estando entre os maiores institutos de Auditoria Interna em atuação no mundo afiliados do The IIA (The Institute of Internal Auditors).

O Curso AUDI 1 – Ênfase em Órgão Públicos atende aos requisitos necessários para capacitação dos servidores envolvidos nas atividades relacionadas à auditoria interna, tanto pelo conteúdo e quanto pela metodologia, permitindo interação “ao vivo” e abordando casos práticos.

Cabe ressaltar, ainda, que a escolha da modalidade on-line “ao vivo” importa na inexistência de custos relacionados a passagens e diárias.

1.9.1. Descrição do Objeto

Contratação da empresa IIA Brasil para ministrar a capacitação AUDI 1 - Ênfase em Órgão Públicos, por meio remoto.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.9.2. Benefícios Esperados

Com a capacitação solicitada, espera-se que ocorra desenvolvimento e ampliação das competências relacionadas às atividades de auditoria interna deste Tribunal, com a aplicação das melhores práticas relacionadas ao tema.

1.9.3. Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Inscrição em evento de capacitação sobre AUDI 1 - Ênfase em Órgão Públicos, do IIA Brasil.	3 inscrições	3 inscrições

1.10. Adequação do Ambiente

Curso será realizado à distância, de forma on-line, sem necessidade de adequação de ambiente.

1.11. Orçamento Estimado

Valor total de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

2. Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos preliminares, conclui-se pela viabilidade da contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO

(Programa do curso e outras informações)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

HOME > CURSOS E EVENTOS > CURSOS > AUDI1 - EOP

Audi 1 - EOP

Certificação +

Compliance +

Fundamentos de Auditoria +

Governança +

Prevenção à Fraude +

Guias e Normas +

Riscos e Controles +

Tecnologia +

Gleim Online CIA +

In Company



COMPETÊNCIAS



Governança, Risco e Controle
Entrega da Auditoria Interna

24 horas
28 CPE's

Fundamentos em Auditoria

Experiência em Auditoria

Formato do Curso



OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes em conceitos, procedimentos, técnicas e metodologias necessárias para o desempenho das responsabilidades na auditoria interna governamental.

PÚBLICO-ALVO

Profissionais em início de carreira ou nível *trainee*/junior em Auditoria Interna Governamental.

PRÉ-REQUISITOS

Nenhum.

CARGA HORÁRIA

Os cursos ocorrem de segunda-feira à sexta-feira, entre 9h e 18h, com 1h de almoço, além de intervalos de 15 min pela manhã e pela tarde.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO 1

- 1.1 Introdução, conceitos e fatos sobre a Auditoria Interna
- 1.2 Fatos históricos relacionados à Auditoria Interna
- 1.3 A Intosai
- 1.4 Normas da Profissão (IIA)
- 1.5 Código de Ética (IIA) – Princípios e Regras de Conduta
- 1.6 Panorama da Auditoria Interna no setor público
- 1.7 Abrangência da Auditoria Interna no setor público
- 1.8 Atuais desafios para a Auditoria Interna no setor público

MÓDULO 2

- 2.1 Identificação e análise de processos no setor público
- 2.2 Utilizando o mapa de produtos para identificar requisitos
- 2.3 A gestão de riscos e sua aplicação na administração pública
- 2.4 Estrutura de controles internos: a estrutura do COSO *Integrated Framework*
- 2.5 Estruturação de um modelo de gestão de riscos na Administração Pública
- 2.6 Responsabilidades das partes no gerenciamento do modelo de riscos e controles – abordando a estrutura das 3 Linhas de Defesa
- 2.7 Combinando a Auditoria Interna com a 2ª Linha de Defesa

MÓDULO 3

- 3.1 Normas aplicáveis ao programa de trabalho das Auditorias Internas, suas definições e conceitos
- 3.2 Iniciando a Auditoria Interna – a reunião de abertura
- 3.3 Normas relativas ao trabalho de campo nas Auditorias Internas, etapas do trabalho de campo, documentando e avaliando os controles internos
- 3.4 As análises nos trabalhos de auditoria
- 3.5 As avaliações nos trabalhos de auditoria
- 3.6 Relatando e criando recomendações para a melhoria
- 3.7 Estudando as causas dos riscos para criar recomendações
- 3.8 Planos de ações corretivas e recomendações
- 3.9 Concluindo a Auditoria Interna – realizando a reunião de encerramento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

INVESTIMENTO

R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

Todos os serviços oferecidos pelo IIA Brasil são EXCLUSIVOS para associados, conforme determina o Capítulo II, Artigo 7 do Estatuto Social.

O valor de investimento exibido em cada uma das turmas NÃO CONTEMPLA o valor da associação.

Associação IIA Brasil

A associação ao instituto é de caráter pessoal e intransferível e possui *vigência de 12 meses a contar da data de adesão*. Abaixo, seguem os valores para pagamento da Contribuição Associativa:

1ª adesão	R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais)
Renovação	R\$ 200,00 (Duzentos reais)
Restabelecimento	R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais)

O valor da associação poderá ser alterado sem aviso prévio.

Formas de Pagamento

- **Cartão de crédito (Parcelado/cartão de débito):** Transação será intermediada pela empresa CIELO. Com juros pela administradora do cartão.
- **Boleto bancário:** Este processo demora 1 dia útil para ter a confirmação bancária do aceite do boleto. Após o aceite da remessa de boleto pelo banco, você receberá um e-mail com o link para a geração do seu boleto.

***Nota de empenho (apenas órgãos públicos):** deve ser enviada por e-mail para confirmar a participação no curso ou evento. Do contrário, a inscrição será cancelada.

ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES

Certificado de Participação

O IIA Brasil confere o certificado ao participante que possuir, no mínimo, 75% de frequência que será autenticada por sua assinatura na lista de presença.

**Reservado o direito ao IIA Brasil de não certificar os inadimplentes em casos de pagamentos realizados após o término do curso.*

Os treinamentos do IIA Brasil são exclusivos para associados. As datas poderão sofrer alterações e as turmas cancelamentos por falta de quórum. O prazo para cancelamento e/ou confirmação das turmas ocorre em até 07 dias antes da data de início do curso.

Início	Término	Local	Turma confirmada	Investimento	Desconto até	Inscrição
28/06/2021 09:00 até 18:00	30/06/2021	ONLINE	SIM	R\$ 2.500,00	---	Inscrições encerradas
12/07/2021 09:00 até 18:00	14/07/2021	ONLINE	NÃO	R\$ 2.500,00	---	INSCREVA-SE

[CURSOS IN COMPANY. CLIQUE AQUI E SOLICITE UMA PROPOSTA](#)



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Objeto da Contratação

Contratação da empresa IIA Brasil para ministrar a capacitação AUDI 1 - Ênfase em Órgão Públicos.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Necessidade de prover capacitação e atualização para os servidores que atuam na realização dos trabalhos de auditoria, considerando as recentes revisões das diretrizes técnicas das atividades de auditoria interna realizadas pelo CNJ por meio das Resoluções n. 308 e 309/2020, bem como as crescentes demandas dos órgãos de governança superiores (CNJ, TCU, TSE) por avaliações especializadas quanto à governança corporativa, gestão de riscos, gestão estratégica, controles internos, TI e consultoria.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Com a contratação, espera-se que ocorra desenvolvimento e ampliação das competências relacionadas às atividades de auditoria interna deste Tribunal, com a aplicação das melhores práticas relacionadas ao tema.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento	Objetivos, Ações e Iniciativas
Plano de Aquisições 2020	<ul style="list-style-type: none">Anexo I, item 35 – Cursos.
Plano Anual de Capacitação 2021	<ul style="list-style-type: none">Item 4 - Formação de Auditores Internos, Técnicas de Auditoria e Consultoria.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

PAE n. 22.370/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Inscrição em evento de capacitação - AUDI 1 - Ênfase em Órgão Públicos, do IIA Brasil.	3 inscrições	3 inscrições

2.6. Objetos Disponíveis

Não há outros serviços disponíveis que atendam à demanda pretendida.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Ação de capacitação com carga horária estimada de 24 horas, a ser ministrada no mês de julho, preferencialmente em formato online (virtual) de ao vivo.

A plataforma a ser utilizada para a realização da palestra será definida com a empresa contratada, devendo ser facilmente acessível aos participantes.

O ministrante do curso deve possuir notório saber na área, já que se trata da capacitação de servidores familiarizados com os temas, ou seja, que necessitam atualizarem-se (curso avançado).

2.8. Requisitos Técnicos

Carga horária de, no mínimo, 24 horas, com o conteúdo programático mínimo sobre a compreensão das normas vigentes e dos padrões técnicos estabelecidos internacionalmente aplicáveis aos trabalhos de auditoria interna na administração pública, conceitos de estrutura de controles internos, gestão de riscos, linhas de defesa, e definições e conceitos relativos às etapas dos trabalhos de auditoria interna.

2.9. Seleção do Fornecedor

A contratação deverá ocorrer por inexigibilidade de licitação.

O Curso Audi1 – Ênfase em Órgãos Públicos, oferecido pelo Instituto de Auditores do Brasil – IIA Brasil, com as seguintes características, atende aos requisitos técnicos exigidos:

- período previsto: de 12 a 14 de julho de 2021;
- carga horária prevista: 24 horas;
- local: à distância, na modalidade ao vivo (síncrono);
- conteudista com notório saber na área;
- material: material didático online;
- programação: juntada aos Estudos Preliminares;
- certificado fornecido aos participantes que possuírem 75% de frequência no curso.

2.10. Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso VI da Lei 8.666/1993.

2.11. Impacto Ambiental

Não se vislumbra impacto ambiental decorrente da contratação, visto tratar-se de evento on-line, assim como o material de apoio será disponibilizado em formato digital.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.12. Obrigações da Contratante

A Contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão deste Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993;
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste projeto básico.

2.13. Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estipulados neste projeto básico e na proposta;
- b) desenvolver o conteúdo do programa segundo metodologia pedagógica específica da modalidade on-line (síncrona);
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação, conforme proposta;
- d) arcar com as despesas e providenciar os recursos tecnológicos para ministrar o curso de forma remota,
- d) arcar com todos os tributos referentes a esta contratação; e
- e) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

2.14. Custo estimado da contratação

R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Florianópolis, 23 de junho de 2021.

Cátia Heusi Silveira
Integrante Demandante

Tatiany Martins
Integrante Técnico

Giovanni Turazzi
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A gestão da contratação será realizada pelo servidor titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESA e da Contratada

Os servidores participantes deverão encaminhar quaisquer irregularidades ao gestor da contratação, o qual manterá contato com a empresa durante a etapa de execução do serviço, a fim de dirimir eventuais questões que possam interferir na qualidade dos serviços a serem prestados.

A empresa deverá disponibilizar um contato com nome, e-mail e telefone, para quaisquer dúvidas ou problemas que necessitem ser sanados.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A lista de participantes deve ser apresentada à empresa, com a devida antecedência, devendo conter as informações necessárias à obtenção do acesso à plataforma do curso.

A empresa deverá informar os dados e a forma de acesso à plataforma do curso, com antecedência mínima de 24 horas do início do evento.

Para o bom funcionamento da plataforma e aproveitamento do curso, os participantes deverão possuir computadores com bom desempenho, webcam, microfone, sonorização, navegador atualizado e conexão de internet com velocidade mínima de 10mbps.

O curso possuirá uma carga horária prevista de 24 horas, com realização ao vivo (síncrono), no período previsto de 12 a 14 de julho de 2021, distribuído em 8 horas diárias.

Será fornecida apostila detalhada com todo o conteúdo do curso, assim como deverão ser disponibilizados os materiais utilizados no decorrer do evento.

O certificado será disponibilizado de forma on-line, sendo obrigatório ter um mínimo de 75% de frequência e aproveitamento satisfatório nas eventuais avaliações.

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida Nota de Empenho.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento da contratação será realizado pelo gestor, conforme item 1 deste Plano de Fiscalização.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

O recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.7. Pagamento

O pagamento será realizado em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, com o devido cumprimento de todas as obrigações contratuais.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste Projeto Básico ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.12. Penalidades

Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste projeto básico, o Contratante poderá aplicar, à Contratada, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e”, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.